



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 02/10/2025

ORDEM DO DIA

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, que institui a data 11 de outubro o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional celebrado oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 19 de dezembro de 2011, através da Resolução 66/170 da Assembleia Geral.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada parabenizou a relatoria da Deputada Lêda Borges no Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, que institui a data 11 de outubro o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional. Em seguida, manifestou preocupação com a decisão do Governo de autorizar a dispensa da obrigatoriedade de autoescolas para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Destacou o impacto social e econômico da medida, lembrando que o setor emprega cerca de 300 mil pessoas no Brasil, sendo 30 mil apenas no Rio de Janeiro (RJ), grande parte mulheres. Alertou ainda para o risco de aumento de acidentes de trânsito e criticou a possibilidade de aprendizagem por plataformas digitais, que, segundo ela, comprometeria a formação adequada de condutores.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada declarou apoio ao relatório da Deputada Lêda Borges no Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, que institui a data 11 de outubro o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional. Em seguida, denunciou a situação de 17 brasileiros sequestrados por Israel, entre eles a Deputada Luizianne Lins e integrantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que tentavam prestar assistência humanitária, levando alimentos e medicamentos a Gaza. Além disso, elogiou a atuação do Presidente da sessão, Hugo Motta, ao cobrar providências do Itamaraty e reforçou a urgência de garantir a segurança e o retorno desses brasileiros. Por fim, fez um apelo pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente reafirmou a preocupação da Câmara com a situação da Deputada Luizianne Lins, que cumpre missão humanitária em Gaza. Disse que a Mesa já entrou em contato com o Itamaraty, busca informações junto a assessores e pessoas próximas, e se mantém mobilizada para oferecer todo apoio necessário. Destacou a prioridade de restabelecer o contato direto com a Parlamentar, entender sua situação e garantir sua segurança.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada proferiu a reformulação do parecer ao substitutivo do Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, que institui a data 11 de outubro o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional celebrado oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 19 de dezembro de 2011, através da Resolução 66/170 da Assembleia Geral. Esclareceu que ajustou o substitutivo para unificar o Dia Nacional da Mulher, já existente desde 1980, com o Dia Internacional da Mulher, ambos em 8 de março. Por fim, pediu apoio dos colegas para aprovação da proposta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve até 2030 a atual distribuição de cadeiras na Câmara, baseada no Censo de 2022. Destacou que a Paraíba, com 4,2 milhões de habitantes, ficaria com apenas 10 Deputados, enquanto Estados menores, com menos de 1 milhão de habitantes, mantêm 8 cadeiras — algo que considera injusto. Por fim, defendeu como solução a redução do número mínimo de Parlamentares por Estado, para corrigir o desequilíbrio na representação.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada, Relatora do Projeto de Lei nº 2.562, de 2025, que institui a data 11 de outubro o Dia Internacional das Meninas no calendário nacional celebrado oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 19 de dezembro de 2011, através da Resolução 66/170 da Assembleia Geral, destacou a importância de projetos que instituem dias nacionais, por representarem ações afirmativas alinhadas a orientações internacionais, voltadas à proteção de crianças, adolescentes e mulheres. Além disso, ressaltou o apoio dos colegas homens nessas pautas. Em seguida, elogiou o Presidente da Câmara dos Deputados pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.911, de 2025, que altera a Lei das Eleições, para disciplinar a aferição da idade de elegibilidade e para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado, em 2 de outubro, data de nascimento de Gandhi, lamentou o contraste entre a memória da não violência ativa e os conflitos atuais, em especial em Gaza. Denunciou que a Deputada Luizianne Lins, uma Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de Campinas (SP) e outros brasileiros foram detidos ilegalmente durante missão humanitária, classificando o ato como um sequestro inaceitável. Além disso, ressaltou que Parlamentares, incluindo Fernanda Melchionna, se reuniram com o Chanceler Mauro Vieira e elogiou a postura do Itamaraty e do Governo brasileiro em defesa da ajuda humanitária, liberdade e soberania dos povos. Por fim, pediu a imediata libertação dos detidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.964, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais.

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.964, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.964, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais. Em seguida, criticou o Governo Lula por usar, supostamente, o maior gasto em comunicação da história para promover uma “propaganda de guerra” que, segundo ele, ataca o Congresso com *fake news* e tenta transformá-lo em inimigo da população. Por fim, pediu que os líderes partidários ficassem atentos e ressaltou que o Parlamento, eleito democraticamente, representa todo o povo brasileiro.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 2.964, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais. Em seguida, aproveitou para agradecer pela aprovação, na Comissão Especial, do relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais. Além disso, destacou o trabalho do líder do Partido Social Democrático (PSD) e Relator, Antônio Brito. Por fim, ressaltou que a proposta é fundamental para o país, e disse esperar que o projeto seja votado e aprovado no Plenário.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da redação final do Projeto de Lei nº 2.694, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da redação final do Projeto de Lei nº 2.694, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da redação final do Projeto de Lei nº 2.694, de 2015, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

BREVES COMUNICAÇÕES

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada denunciou o sequestro de brasileiros que integravam a Flotilha da Liberdade, interceptada pelo Estado de Israel em águas internacionais enquanto levava alimentos e medicamentos à população de Gaza. Afirmou que 17 brasileiros estão entre os detidos, citando nominalmente cada um deles, inclusive a Deputada Federal Luizianne Lins e a Vereadora Mariana Conti. Ademais, manifestou solidariedade e exigiu que o Governo Federal adotasse posição firme para garantir o retorno seguro dos cidadãos. Além disso, defendeu que o Brasil rompa relações comerciais e diplomáticas com Israel, acompanhando medidas adotadas por outros países, e intensifique o cerco internacional contra o genocídio e a limpeza étnica na Faixa de Gaza. Ao final, informou reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para tratar do tema.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada condenou o envio do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 9, de 2025, que institui a Carreira de Pesquisador Científico e dá providências correlatas, pelo Governador Tarcísio de Freitas à Assembleia Legislativa de São Paulo, denunciando que a proposta representa um ataque aos servidores públicos, à pesquisa científica e à soberania intelectual do País. Ademais, alertou que o projeto extingue a carreira de pesquisadores científicos e compromete a infraestrutura de quase vinte institutos essenciais ao desenvolvimento econômico, ecológico e sustentável. Ao final, defendeu a rejeição da proposição, em defesa da dignidade e do respeito aos servidores.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado celebrou a mobilização popular que derrotou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, que dispõe sobre as prerrogativas parlamentares, e o Projeto de Lei (PL) nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei. Ademais, destacou que a pressão popular contribuiu para a aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até cinco mil reais. Ao final, enalteceu a medida, aprovada por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

unanimidade pela Câmara dos Deputados, que representa o cumprimento de um compromisso de campanha do Presidente Lula e um passo importante rumo à justiça social, beneficiando cerca de vinte milhões de brasileiros.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado condenou o abandono das obras federais na Paraíba, com destaque para a triplicação da BR-230, iniciada no Governo Dilma Rousseff e ainda inconclusa após quase dez anos. Criticou o Presidente Lula por não entregar resultados concretos ao Estado, apesar da expressiva votação recebida, e afirmou que a Paraíba segue esquecida pelo Governo Federal. Ressaltou que a última duplicação da rodovia ocorreu em 2002 e que as obras atuais, entre João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB), avançam lentamente, com poucos trabalhadores e trechos inacabados. Ao final, apelou ao Congresso Nacional para cobrar do Governo Federal maior atenção e investimentos em infraestrutura no Estado.

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado celebrou a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda quem ganha até cinco mil reais, reduz a alíquota para rendas entre cinco mil e sete mil e trezentos reais e estabelece tributação sobre grandes fortunas. Ressaltou que a aprovação representa uma resposta da Câmara dos Deputados às demandas populares e defendeu que a correção da tabela do imposto de renda seja feita anualmente, com reajuste mínimo pela inflação e possibilidade de ganho real conforme as condições econômicas do País. Ao final, propôs avançar em pautas que favoreçam os trabalhadores, como o fim da jornada de trabalho 6 por 1.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado repudiou a proposta do Governo Federal de alterar as regras de formação de condutores, denunciando que o Ministério dos Transportes e a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) apresentaram minuta sem diálogo com o Parlamento, as comissões temáticas ou o setor de autoescolas. Ademais, alertou que a iniciativa ameaça a segurança no trânsito e pode favorecer empresas de ensino a distância e aplicativos interessados em transformar o processo de habilitação em negócio precarizado. Além disso, criticou o Ministro dos Transportes, Renan Filho, por falta de transparência e vínculos com grupos econômicos, afirmando que o Governo Lula age em desrespeito às autoescolas e ao Congresso Nacional. Ao final, anunciou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senatran para investigar os interesses envolvidos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Viação e Transportes (CVT), de seu Parecer ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 655, de 2025, que aprova o texto da Convenção Aduaneira sobre o Transporte Internacional de Mercadorias ao Abrigo das Cadernetas TIR (Convenção TIR de 1975), celebrada em Genebra, em 14 de novembro de 1975. Ademais, ressaltou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

acordo internacional representa avanço na modernização da logística nacional e na integração do País ao comércio internacional, ao simplificar trâmites aduaneiros, reduzir custos e aumentar a previsibilidade das operações de transporte. Ao final, destacou que o regime TIR fortalecerá a competitividade do setor produtivo, ampliará as exportações e consolidará o Brasil nas cadeias globais de valor.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a narrativa do Governo Federal sobre a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), apontando que, embora o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional do Mundo (SOFI), de 2025, indique redução da subnutrição para menos de 2,5% da população e queda da insegurança alimentar grave para 3,4%, ainda há 28,5 milhões de brasileiros sem acesso regular à alimentação adequada. Ademais, denunciou que o Governo Lula ignora causas estruturais, como a inflação dos alimentos, a concentração fundiária e a fragilidade da agricultura familiar. Reprovou ainda a decisão do Presidente Lula de enviar Ministros a Cuba para cooperar na produção de alimentos, classificando-a como gesto ideológico que desconsidera as carências do Brasil. Ao final, defendeu investimentos massivos na agricultura familiar e combate à especulação de preços como prioridades para enfrentar a fome no País.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou o Dia Internacional da Não-Violência, celebrado em 2 de outubro em homenagem a Mahatma Gandhi, símbolo mundial da resistência pacífica e da luta por justiça e dignidade. Ressaltou que Gandhi ensinou que a verdadeira força está na coragem de manter a paz e na defesa inabalável da verdade. Lamentou que a violência ainda se manifestasse nas ruas, nas famílias, nas escolas e na política, e defendeu a construção de uma cultura de paz baseada no diálogo e no respeito. Ao final, conclamou o Parlamento a dar exemplo de convivência democrática e transformar a política, a educação e a justiça em instrumentos de união e reconciliação.

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado celebrou o aniversário de 490 anos de Igarassu (PE), destacando sua rica história como a segunda vila mais antiga do Brasil, fundada em 1535, e o orgulho de possuir a igreja mais antiga do País ainda em funcionamento (Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião). Ressaltou a força cultural e o pioneirismo da cidade, mencionando seu crescimento populacional e o compromisso com a educação. Como filho da terra, reafirmou seu compromisso em lutar pelo progresso de Igarassu, visando educação de qualidade, saúde acessível, infraestrutura moderna, emprego e segurança, e conclamou a união para construir um futuro promissor para todos os igarassuenses.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou a aprovação unânime, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda os trabalhadores com renda de até cinco



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 207.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/10/2025

mil reais, ressaltando que a decisão representa um gesto político de justiça social e de correção de distorções do sistema tributário. Enalteceu a liderança do Presidente Lula, que havia assumido esse compromisso durante a campanha eleitoral, e destacou a condução técnica do Relator, Deputado Arthur Lira, bem como o papel decisivo do Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, na tramitação da proposta. Ao final, afirmou que a unanimidade da votação manifestou a unidade do Parlamento em defesa do povo brasileiro e marcou um passo histórico rumo a um sistema tributário mais justo.

ENCERRAMENTO